

# RELIGACIÓN

R E V I S T A

## **Afetos em jogo na censura contra a arte no Brasil dos presidentes “golpista” e “genocida”**

*Affects at play in censorship against art in Brazil of “coupist” and “genocide” presidents*

Fátima Costa de Lima

### **RESUMO**

A reflexão aborda o exercício da censura contra dez trabalhos de artes da cena durante dois mandatos da Presidência da República Federativa do Brasil: o mandato do presidente popularmente chamado de “golpista” Michel Temer, entre 2016 e 2018; e o mandato do presidente popularmente conhecido como “genocida”, Jair Bolsonaro, de 2018 a 2022. Destes mandatos, foram selecionados para a amostra os anos de 2017 e 2019. Estabelecido o recorte temporal, a descrição de uma série de dez casos de censura mostra como denúncias produzidas por alguns segmentos sociais brasileiros tiveram por consequência intervenções censoras realizadas por instituições públicas e privadas dos setores político e cultural. A reflexão se fundamenta na teoria benjaminiana, na teoria dos afetos e na noção sociológica de racismo multidimensional para compreender a ascensão do reacionarismo entre uma parcela da sociedade brasileira, incentivada pelo mandato golpista e posteriormente exacerbada pelo discurso de ódio do presidente genocida. Levando em conta a ideia de “sensologia” como lógica moderna de uma sensibilidade não espontânea e imediata, mas construída, este texto demonstra que, durante estes dois mandatos presidenciais as instituições políticas tornaram-se fonte incentivadora e mantenedora do ódio e outros afetos produzidos contra a arte e as/os artistas da cena no Brasil atual.

**Palavras-chave:** Censura; Artes da Cena; Afetos; Golpismo; Genocídio.

---

### **Fátima Costa de Lima**

Universidade do Estado de Santa Catarina | Florianópolis | Brasil. fatima.lima@udesc.br  
<http://orcid.org/0000-0001-8498-5000>

<http://doi.org/10.46652/rgn.v8i38.1145>  
ISSN 2477-9083  
Vol. 8 No. 38 octubre - diciembre, 2023, e2301145  
Quito, Ecuador

Enviado: octubre 04, 2023  
Aceptado: diciembre 10, 2023  
Publicado: diciembre 25, 2023  
Publicación Continua



## ABSTRACT

The reflection addresses the exercise of censorship against ten works of performing arts during two terms of the Presidency of the Federative Republic of Brazil: the term of the president popularly called “coup leader” Michel Temer, between 2016 and 2018 and the mandate of the president popularly known as “genocidal,” Jair Bolsonaro, from 2018 to 2022. From these mandates, 2017 and 2019 were selected for the sample. After establishing the time frame, the description of a series of ten cases of censorship shows how complaints produced by some Brazilian social segments resulted in censorship interventions carried out by public and private institutions in the political and cultural sectors. The reflection is based on Benjaminian theory, the theory of affections, and the sociological notion of multidimensional racism to understand the rise of reactionary groups among a portion of Brazilian society, encouraged by the coup mandate and later exacerbated by the hate speech of the genocidal president. Taking into account the idea of “sensology” as a modern logic of a sensitivity that is not spontaneous and immediate but constructed, this text demonstrates that, during these two presidential terms, political institutions became a source of encouragement and maintenance of hatred and other affections produced against art and artists from the scene in Brazil today.

**Keywords:** Censorship; Performing Arts; Affections; Coup; Genocide.

## Objetivos em perspectiva contextual: do impeachment de Dilma ao “Lula3”

Esta reflexão aborda o exercício da censura contra trabalhos de artes da cena durante dois mandatos da Presidência da República Federativa do Brasil: o mandato golpista, que durou de 2016 a 2018; e o mandato genocida de Jair Bolsonaro de 2018 a 2022. Para fazer esta reflexão, foram selecionados dois anos específicos, um de cada mandato, que servirão de amostra: 2017 e 2019. Partindo do capítulo *Que hoje é esse?* da dissertação intitulada *O que é ser ator/atriz, hoje, perante a pluralidade da encenação contemporânea?*, de Rafael Luiz de Oliveira Pedretti (2021), a análise das censuras sofridas por peças teatrais e performances cênicas tem como contexto o período que começa com o processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff e termina no segundo ano de mandato do presidente genocida. Entre 2015 e 2016, o vice-presidente do mandato presidencial de Dilma Rousseff liderou a traição política e, incentivando os sentimentos misóginos e machistas da sociedade brasileira, usurpou seu cargo para governar por cerca de dois anos. O traidor abriu caminho para a eleição de um candidato de extrema-direita que se tornou um presidente genocida, cujo mandato foi finalizado em 1º de janeiro de 2023.

O atual presidente brasileiro, recém-empossado, lida neste momento com mais uma tentativa de golpe. Apenas uma semana depois de sua posse, no dia 8 de janeiro uma turba neofascista sob orientação do discurso de ódio do agora ex-presidente Bolsonaro vandalizou as sedes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – respectivamente, Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal. A destruição deflagrada pela horda golpista tem como pano de fundo o ressentimento histórico criado pelo racismo. De acordo com o sociólogo Jessé Souza (2017), o “racismo multidimensional” é fundamento estrutural e estruturante das relações sociais brasileiras, central no estabelecimento de hierarquias sociais herdadas da colonização. Tais relações racistas geraram e continuam gerando desigualdade social até os dias de hoje, na sua tarefa permanente de moldar os “contextos sociais vivos” (Benjamin, 2012, p. 131) através da aplicação de suas normas e interditos, ditos e não ditos, escritos e não escritos em leis.

Os contextos sociais vivos são o espaço-tempo social de intervenção do/a artista, mas também da política real. No caso do racismo multidimensional, suas normas implicam as relações cotidianas: a maioria delas são implícitas, quase invisíveis, dissimuladas mais nas regras ocultas que regem o dia a dia do que em leis que hoje, no Brasil, asseguram o entendimento jurídico do caráter criminoso do racismo. Há um racismo primordial originário da sociedade brasileira: implantado pela colonização num primeiro momento da história, o racismo produziu escravização e genocídios, seja das populações indígenas reduzidas de cerca de cinco milhões no século XVI a cerca de 1 milhão no século XXI, seja da população negra que chegou em ferros à então colônia portuguesa. Hoje, escravização e genocídios das mesmas populações permanecem como efeito de relações e formas sociais muito mais amplas e diversas do racismo multidimensional, que segue determinando quem no Brasil merece ser desprezado “excluídos, humilhados e abandonados” (Souza, 2021, p. 285), no Brasil constituídos em sua maioria na “classe/raça” afroameríndia.

No tocante às obras censuradas, por um lado a noção de racismo multidimensional contribui para pensar criticamente sobre qual estrutura social profunda produz, no Brasil, os afetos implicados nos episódios de censura que aconteceram nos mandatos presidenciais golpista e genocida. Por outro lado, o filósofo italiano Mario Perniola (1993), sustenta que as coletividades contemporâneas são ditadas mais pela produção do sentir do que do fazer e do pensar—pela sensologia mais do que pela burocracia e pela ideologia. Esta tese contribui para a reflexão sobre como a política institucional brasileira dos governos golpista e genocida investiram na produção de certos afetos a fim de conseguir seus propósitos de manutenção no poder.

### **A escalada da censura no Brasil sob ataque da extrema-direita**

A mostra das obras cênicas e performáticas censuradas tem como finalidade averiguar quais temáticas políticas ataçaram o radar censor das duas lideranças nacionais em questão na presente reflexão. Se o presidente golpista preparou o terreno para a eleição do presidente genocida, este, por sua vez, passou a (des)governar o Brasil em 2019. Em 2022, foi derrotada sua tentativa de reeleição pelo atual presidente eleito pela terceira vez: Luís Inácio Lula da Silva exerce desde 1º de janeiro de 2023 o mandato apelidado de Lula3.

A observação da censura praticada durante estes dois governos autoritários conduz à reflexão sobre quais obras e quais artistas deveriam ser censurados/as ou não, do ponto de vista do conluio entre o discurso destes governantes e a parcela tradicionalmente “conservadora” da sociedade brasileira. Contudo, a qualificação deste segmento populacional como conservador é insuficiente: reacionário seria o melhor adjetivo, pois suas falas, atitudes e ações não intencionam conservar as coisas como estão e sim retornar a um passado mítico que existe somente em sua perversa imaginação. Seus discursos de ódio estruturados em *fakenews* tem caráter concreto: uma das principais origens é o Gabinete do Ódio, grupo que inventa e divulga mentiras a fim de cultivar massivamente sentimentos de ódio antipetista e antilulista.

Dado o contexto, o primeiro objetivo da presente reflexão é compreender quais questões políticas representam a sensologia que apoiou o golpe contra Dilma Rousseff e mais tarde protagonizaria dois genocídios durante o exercício do Poder Executivo por um político miliciano; e, muito recentemente, uma nova tentativa de golpe após sua saída do poder.

Quanto às milícias brasileiras – em particular, as cariocas – foram extremamente atuantes no mandato genocida. Elas funcionaram como verdadeiros cabos eleitorais durante a campanha do então candidato à presidência; e, depois de eleito e empossado, como forças paralelas de Estado. Segundo Lima,

De acordo com Alba Zaluar e Isabel Siqueira Conceição (2007: 89), 'Uma forma de poder que gradualmente apareceu nas favelas do Rio. Elas são chamadas de milícias, compostas por policiais militares e bombeiros assim como por guardas prisionais – na ativa ou na reserva, que garantem a segurança dos residentes destas comunidades em troca de pagamento mensal [...] aos residentes', tanto quanto a compra de produtos caros: compra de sinal de TV a cabo ilegal; pagamento de tributos a cooperativas de transporte alternativo que circulam nos seus territórios; pagamento de alta porcentagem na compra, venda e aluguel do estado real. Isto aparece no caso Marielle Franco, uma vereadora do Rio de Janeiro (PSOL) com forte agenda na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as milícias. Ela foi assassinada em 14 de março, um mês após o carnaval de 2018. (2021, p. 17, tradução da autora do texto)

Hoje, cinco anos depois deste crime político que chocou o Brasil, as investigações sobre o caso Marielle vinculam seu assassinato ao círculo do presidente golpista quando ainda era candidato à presidência da República. Um dos avanços do governo atual aparece objetivamente no fato de que a irmã de Marielle – Anielle Franco, também ativista política -, foi nomeada à atual Ministra da Igualdade Racial do mandato Lula<sup>3</sup>.

O segundo objetivo é encontrar os afetos construídos pelos mandatos golpista e genocida através da manipulação ideológica da sociedade brasileira. Identificar estes afetos talvez possa contribuir para a saúde democrática de um país latino-americano colonizado e capitalizado pelas elites internacionais desde o seu alegado “descobrimento” (Lima, 2021a). Esta é uma tarefa urgente, pois, embora no último pleito a sociedade brasileira tenha voltado a eleger um candidato verdadeiramente democrático, nem de longe parece ter este novo período virado a página das atrocidades cometidas pelos mandatos imediatamente anteriores, contra a democracia e a sociedade brasileiras.

Se para que esta página seja superada, a contribuição das artes poderia ter como ponto de partida, ainda no começo do mandato do presidente golpista, um episódio notável de resistência política da classe artística e cultural brasileira.

## “Ocupar e resistir!” a luta pela cultura do movimento OcupaMinC

Em 2016, no seu primeiro ato governamental, o presidente golpista recém-instalado no Poder Executivo nacional extinguiu o Ministério da Cultura (MinC). No entanto, devido à imediata e intensa resistência da classe artística e cultural, o golpista voltou atrás em sua decisão e o MinC foi restituído. O movimento protagonista da resistência foi o Ocupa MinC, que aconteceu em todo o Brasil. Moradora de Florianópolis há 30 anos, foi nesta capital de um estado da Região Sul do Brasil chamado Santa Catarina que a autora do presente texto participou deste movimento.

É importante destacar que Santa Catarina é um estado que, na posterior campanha eleitoral que resultou na vitória do presidente genocida, depositou nas urnas a grande maioria de seus votos nele. Nos dias de hoje, a situação se agudizou: por exemplo, durante a campanha eleitoral em que Bolsonaro foi derrotado por Lula, foi em Santa Catarina que aconteceram manifestações nazistas que, no Brasil, são consideradas crime de ódio. Além disso, episódios como o acontecido na cidade de São Miguel do Oeste em que um grupo de centenas de pessoas fazem a saudação nazista ao Führer foram divulgados nas redes sociais bolsonaristas pelos neonazistas catarinenses, cuja ostentação ideológica ignora a inconstitucionalidade de seus próprios atos. Mas, de inconstitucionalidades viveu o governo genocida.

É, enfim, da autora deste texto a primeira fala (Dornelas, 2016) na ocupação do Escritório do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que se iniciou no dia 19 de maio de 2016. Embora o movimento pelo retorno do Ministério da Cultura tenha sido bem-sucedido, o governo posterior do presidente genocida mais uma vez extinguiu o Ministério.

Qual afeto se pode perceber imediatamente neste episódio? Do ponto de vista golpista, é evidente o ódio de segmentos reacionários da classe política e do segmento reacionário da sociedade contra a arte e os/as artistas. Para estas parcelas populacionais, artistas são “vagabundos” que “mamam nas tetas” do governo. Do ponto de vista da classe artística, as ocupações de edifícios do MinC em todo o território nacional expressavam os afetos de que fala Walter Benjamin em sua tese 4 *Sobre o conceito de história*: “Elas estão vivas nessa luta sob a forma de confiança, coragem, humor, astúcia, constância” (2020, p. 11). Mas, se os diversos afetos que aponta Benjamin podem ser identificados na resistência cultural e artística na sua palavra de ordem de “Ocupar e resistir!”, o ódio político programática e sistematicamente cultivado na sociedade brasileira nos últimos seis anos pode ser decomposto igualmente em vários afetos? Quais seriam eles?

Refletindo sobre estas questões, este texto pretende contribuir com outras pesquisas e lutas políticas – em especial as situadas na América Latina, território o qual o Brasil integra e neste momento histórico se vê igualmente assolado por mais uma fase de ascensão política da extrema-direita.

## A censura retorna no governo de Michel Temer

Para sistematizar em uma série alguns casos de obras das artes da cena censuradas no governo golpista, foi selecionado como representativo o ano de 2017. A série começa com uma censura ocorrida em Brasília: após denúncia de que havia um homem nu na rua, no dia 15 de julho a performance de dança *DNA de DAN* (MITsp, 2018) programada no Festival Palco Giratório do Sesc, foi interrompida por policiais militares que detiveram numa delegacia o artista Maikon Kempinski, ou Maikon K, por “atentado ao pudor”. Segundo depoimento do artista na ocasião, “artistas se tornam cada vez mais vulneráveis a ações arbitrárias e violentas” (D’Angelo, 2017, s/p). Portanto, já em 2017 um artista brasileiro percebe a escalada de censura contra a arte. Nos anos seguintes a censura artística, mesmo sendo ilegal e inconstitucional, seria quase normalizada no Brasil.

No caso de *DNA do DAN*, a aversão à presença de um corpo nu em performance despertou a ira dos policiais que, segundo o performer Maikon K, “chegaram gritando que aquilo não era arte” (D’Angelo, 2017). O ódio presente nesta censura envolve policiais e plateia denunciante contra o corpo nu: denunciada por “atentado ao pudor”, o ódio incorpora sentido na defesa puritana de uma imagem tradicional de família.

Outro episódio de censura à arte ocorreu no dia 10 de setembro de 2017, quando o Santander Cultural (braço do banco privado Santander para promoção das artes) emitiu uma Nota Pública (Santander Cultural, 2017) anunciando o encerramento precoce da exposição *Queermuseu — Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* (Retka, 2018). Segundo a Nota, “recebemos diversas manifestações críticas sobre a exposição Queermuseu–Cartografias da Diferença na Arte Brasileira. Pedimos sinceras desculpas a todos os que se sentiram ofendidos por alguma obra que fazia parte da mostra.”

Os “ofendidos” são integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL), um movimento social da direita brasileira criado em meio às jornadas de junho de 2013. Estas jornadas marcam o começo da virada à direita da sociedade e da política nacional: se não foi esta a primeira vez desde o final da ditadura civil-militar em que a sociedade brasileira ocupou em massa as ruas, foi sim a primeira vez em que a parcela reacionária se manifestou depois que, em 1964, invadiu o espaço público para pedir o golpe civil-militar (Lima, 2020, pp. 193-194).

Em 2017, MBL e seus apoiadores empreenderam uma intensa campanha nas redes sociais contra o QueerMuseu, alegando o “mau uso de dinheiro público” na produção desta exposição, em defesa dos “valores da sociedade”. A denúncia apontava particularmente para as crianças, que supostamente visitavam a mostra levadas pelas escolas “sem a anuência dos pais”. Portanto, foi em nome da imagem da família tradicional que a censura foi exercida contra a arte LGBTQIA+. De novo a pauta é a apologia ao pudor que gera o ódio contra a diferença de gênero em pauta na arte *queer*.

No dia 26 de setembro do mesmo mês, a performance *La Bête*, de Wagner Schwartz, se apresentava na programação do Panorama da Arte Brasileira do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Denunciada pelo mesmo MBL nas redes sociais, a obra foi processada pelo Ministério Público depois que uma imagem detonou a campanha nas redes sociais. A imagem mostra uma criança acompanhada da sua mãe tocando o corpo do performer, num vídeo veiculado nas redes sociais que também foi posteriormente censurado.

Uma observação importante: a autora deste texto teve acesso às imagens da performance no mês de setembro de 2022, quando de fato o presente texto começou a ser construído. Na ocasião foi estruturada uma fala para cumprir o convite da Professora pesquisadora Lorena Verzero, como convidada ao seu Seminário Arte y Artivismo, no Programa de Actualización en Prácticas Artísticas y Política en América Latina, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Para sistematizar a presente escrita, ao fazer nova busca no link (291) Performance La Bête–YouTube foi encontrada uma página em branco, com a seguinte mensagem: “Este vídeo foi removido por violar as regras do YouTube sobre nudez ou conteúdo sexual”. Portanto, *La Bête* foi alvo de dupla censura: a primeira por uma instituição pública e a segunda por uma rede social privada, de onde o vídeo foi retirado como um dos resultados da campanha de ódio de um movimento de extrema-direita. De novo, o corpo nu foi alvo do ódio pautado em suposto atentado aos valores da família.

Por fim, ainda durante o governo golpista a obra teatral *O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu* (Olhar TVT 1/2 e 2/2, 2018), com texto original de Jo Clifford, foi retirada de programações culturais de diversas cidades do Brasil. No Rio de Janeiro, a proibição foi iniciativa do então prefeito Marcelo Crivella, pastor neoevangélico que interditou sua apresentação na Arena Carioca Fernando Torres. O monólogo da artista trans Renata Carvalho se apropria da figura de Jesus para posicionar-se contra a transfobia. Depois de censurada, ela acabou apresentando sua obra na Fundação Progresso, no bairro carioca da Lapa. Neste caso de censura deve-se observar que, dentro da ampla gama do ódio às diferenças, a transfobia é uma das questões sociais mais graves no Brasil, cuja população trans sofre agressões sistemáticas e é não raro assassinada, pelo ódio de gênero que permeia as relações sociais fundadas não apenas na intolerância, mas na extrema violência transfóbica.

O que podemos concluir parcialmente sobre a série de censuras às artes da cena no ano de 2017 é, em primeiro lugar, que o governo golpista ressuscitou do período da ditadura civil-militar assim como passou a promover a escalada da censura no Brasil. Entretanto, mudaram as causas e os procedimentos: tendo sido declarada ilegal após a ditadura, um período de vinte anos em que era exercida legalmente pelo Estado, no governo de Michel Temer ela retornou pelas mãos de instituições públicas e privadas, jurídicas e culturais. O estopim para seu retorno foram as campanhas infames de denúncias feitas pela parcela reacionária da sociedade brasileira, que agia como olheira e usava as redes sociais para julgar e perseguir e julgar corpos artísticos em performance. Postagens prenhes de ódio contra a liberdade artística pegaram a categoria desprevenida, pois naquele momento não havia como suspeitar do retorno da censura.



Por isso, em segundo lugar, já no ano de 2017 era possível perceber o ódio se expandindo contra a arte e os/as artistas, incitado por movimentos sociais e políticos ignorados, quando não incentivados, pelo mandato golpista. Neste caso, o discurso do futuro presidente genocida foi fundamental: partiram dele, ainda quando era deputado, as enunciações que ideologicamente distorceram um material educativo que foi proposto no segundo governo Lula em algo de discriminação de gênero, generalizada entre a parcela reacionária da sociedade. Assim o projeto denominado Escola sem Homofobia se tornou Kit Gay, uma expressão pejorativa usada para propagar preconceitos de gênero e profundo ódio homofóbico e transfóbico em campanha ferrenha nas redes sociais.

No plano afetivo, o que emergia dos abismos sentimentais desta massa ideologicamente manipulada eram expressões de asco, nojo e raiva até então escondidas da esfera pública. O ressentimento contra a liberdade artística que tocava as questões de gênero levou artistas a empenhar seu próprio corpo como arma contra o preconceito proveniente do ressentimento que gerou violência, praticada nas redes sociais sem nenhum tipo freio das instituições políticas, justamente as que, amparadas nas leis, poderiam barrar esta violência.

No ano de 2018, o deputado que promovia o ódio contra o Kit Gay se lançou a candidato à Presidência da República. Em sua campanha, seguiu insuflando a voz cada vez mais forte do reacionarismo social. Vencedor das eleições no final deste ano, foi depois da posse do novo presidente que o “apito de cachorro” – metáfora para o modo como o discurso do então deputado e depois presidente Jair Bolsonaro incita a ação da massa de extrema-direita–ganhou tons triunfais. A situação se tornou quase insuportável para a classe artística depois que a nova hegemonia política tomou os microfones oficiais do Palácio do Planalto, elevando a níveis exponenciais a atitude censora contra a arte. Concomitantemente, genocídio e terrorismo eram produzidos sob a pauta oficial do Executivo nacional, gerando todo tipo de ilegalidade e agressividade que somente a partir de janeiro de 2023 começam a ser desvendados em suas reais dimensões (voltaremos a estas ilegalidades e agressões no final deste texto).

### **As instituições assumem abertamente seu papel censor**

A série de obras censuradas em 2019 começa poucos dias antes da reestrea do solo teatral *A Mulher Monstro* no Festival de Curitiba. No dia 25 de março, a quatro dias do início do festival, o prefeito da cidade, de inclinação bolsonarista, vetou sua apresentação no Memorial de Curitiba. A peça, que teve sua estreia em 2017, encena uma mulher burguesa que vomita sua solidão em falas de intolerância. Mais tarde, com o advento do bolsonarismo, o grupo S.E.M. Cia. de Teatro acoplou ao final da peça a reprodução da voz de Jair Bolsonaro em declarações que destilam múltiplas discriminações e preconceitos de raça e de gênero. A voz foi a causa do ato de censura.



Segundo o ator José Neto Barbosa (Renato Riscadoo PSI, 2018), a peça fala de seu próprio sofrimento por ter sido muitas vezes vítima de preconceito. Barbosa aponta também a maneira como a obra ganhou concretude desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, dada a aceitação do discurso presidencial pelos "patriotas" – expressão com que se auto identificam os apoiadores do presidente genocida. Na peça, as falas presidenciais monstruosas fazem ecoar o ressentimento social contra o avanço dos debates de gênero e étnico-raciais, nas últimas décadas cada vez mais em pauta na sociedade brasileira.

No mesmo ano, na cidade de São Paulo a peça teatral *Res Pública 2023* (Corpo rastreado, 2021), do grupo A Motosserra Perfumada, se apresentaria em outubro no Complexo Cultural da Fundação Nacional das Artes (FUNARTE). Mas, foi suspensa pelo Diretor do Centro de Artes Cênicas, Roberto Alvim – renomado diretor teatral da cena paulistana -, o qual alegou "falta de qualidade artística". Além disso, Alvim exonerou a curadora que programou a apresentação da peça. Em Carta Aberta datada de 27 de agosto de 2019, o grupo teatral se manifestou sobre a interdição, comparando Alvim a Hitler:

Com esse gesto de censura – que, a rigor, nem lhe caberia, afinal, sua função no Governo é administrativa e não curatorial, cabendo-lhe no máximo nomear curadores, não curar espetáculos – Roberto Alvim mandou avisar que não medirá esforços contra peças que exponham qualquer conteúdo que lhe pareça crítico com relação ao Governo, fazendo prevalecer a patrulha ideológica sobre qualquer critério artístico. (Motosserra Perfumada, 2019)

Mas, o grupo teatral não se deixa iludir pela meta da "patrulha ideológica":

No fundo, o novo Diretor do Ceacen da FUNARTE apenas cumpre a surrada agenda do bolsonarismo: criar polêmicas morais e ideológicas, principalmente com artistas, para adiar o conhecimento público da inoperância do seu Governo, da debilidade administrativa e mental do seu Presidente e da farra dos interesses privados sobre as riquezas materiais e simbólicas do Brasil. (Motosserra Perfumada, 2019)

O grupo teatral aponta para que a censura contra a peça se constitui como "cortina de fumaça" – um dispositivo da comunicação de massa que serve para encobrir a incompetência, a inércia e a ignorância do governo. Estas, ao contrário do que pode parecer – ausência de qualidades e inépcia no trato político – estão de fato escondendo seu serviço prestado ao capital e sua ganância, o que resulta na usurpação das riquezas nacionais. O desprezo pela produção artística alcança assim seu real objetivo.

Alvim seria depois conduzido pelo presidente genocida à gestão do órgão máximo do setor cultural. Já não havia mais MinC quando, no dia 16 de janeiro de 2020, em transmissão em cadeia nacional o agora Secretário da Cultura inspirou-se, para o lançamento de seu Projeto de Arte Nacional, em uma fala de Joseph Goebbels à classe artística alemã durante o regime nazista (BBC News Brasil, 2020). Imitando gestos, voz, figurino, maquiagem e performance do Ministro da Propaganda de Hitler, Alvim subiu ao palanque televisivo para propagandear seu projeto. Mas, desta vez não funcionou: dada a dimensão do escândalo, o Secretário da Cultura foi sumariamente exonerado do cargo.

No dia 7 de setembro de 2019, no Recife o grupo teatral pernambucano Clowns de Shakespeare foi impedido de apresentar a segunda sessão do espetáculo infantil *Abrazo* (Programa Diversidade, 2017). A peça compõe uma trilogia latino-americana e tem como referência o *Livro dos Abraços*, de Eduardo Galeano—uma ficção sobre uma ditadura em que não é permitido abraçar. Já tendo neste dia apresentado a primeira sessão da peça (que fora anteriormente selecionada em edital público), as demais apresentações foram canceladas pela Caixa Cultural – departamento cultural do banco público Caixa Econômica Federal. O motivo alegado foi “descumprimento contratual”, o que foi contestado pelo grupo. Neste caso, temos um motivo imediatamente afetivo: foi censurada uma expressão de amor.

As três últimas peças foram censuradas por motivos dissimulados e até mesmo sem motivo explícito. Em Brasília, o trabalho de dança *Gritos* (Dos a Deux, 2017), da Companhia Dos à Deux, teve sua temporada suspensa pela mesma Caixa Cultural, após exigência da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) por maiores esclarecimentos sobre a sinopse. A mesma Caixa Cultural interditou no Rio de Janeiro a peça de teatro musical *Lembro todo dia de você*, do Núcleo Experimental de São Paulo, tendo como pivô a cena intitulada *Aloka* (Núcleo Experimental, 2021). O setor cultural do banco público federal alegou inacessibilidade do espaço cênico, por “adequações estruturais nas instalações do teatro Nelson Rodrigues, estão sendo realizadas obras”. Na mesma cidade, a peça teatral *Caranguejo Overdrive* (Sesc Parati, 2017) da Aquele Cia de Teatro foi retirada da programação do Centro Cultural Banco do Brasil, sem nenhuma justificativa nem qualquer explicação. O que estas três peças têm em comum? Sua expressão tem centralidade no corpo que expressa temáticas de gênero e étnico-raciais.

Quanto aos afetos relacionados aos episódios de censura acontecidos em 2019, foram afetos acionados pelas redes sociais a que instituições públicas deram prosseguimento na forma de proibição e interdição: censura. Por um lado, o ressentimento social contra a liberdade artística foi o afeto utilizado por autoridades e instituições públicas em seu próprio proveito. Este foi o caso da proibição da reprodução cênica da voz do presidente assim como da censura meritocrática do projeto de Goebbels disfarçado de Secretário de Cultura. Nestes episódios pode-se perceber a produção orientada de ressentimento social, com o objetivo de utilizá-lo para produção de consenso social em prol da manutenção no poder da extrema-direita.

Por outro lado, esta produção de ressentimento precisa abafar a produção de solidariedade social, o que fica evidente na censura dos abraços—mais uma vez, uma proibição dissimulada por fala meritocrática da instituição cultural pública. Estimular o ódio e o ressentimento de uma parcela da sociedade por outra parece necessitar do combate à expressão amorosa, em especial a amizade manifesta no contato corporal.

Um dos resultados desta produção massiva de dissenso se fez observar nas últimas eleições presidenciais, quando a imprensa e a chamada “terceira via” estimulava em suas campanhas a imagem de uma sociedade polarizada entre lulismo e bolsonarismo. O que se viu nas urnas em 2022 foi um Brasil realmente dividido, em que a diferença entre vencedor e segundo colocado foi de apenas 5,23%.

### **De “Censura nunca mais” a “Sem anistia”: as expressões da resistência**

Em 2020 e 2021, vivemos o isolamento social da COVID 19: os teatros fecharam. Nestes dois anos, vimos a censura desaparecer do mapa do debate político no ambiente artístico nacional: em tempos em que debates se tornam “cancelamentos” internéticos, nenhuma discussão costuma sobreviver muito mais do que uma semana. O Brasil passou a “discutir” suas questões políticas num *reality show* da emissora de TV protagonista na ascensão do presidente golpista e extremamente ativa na produção de alienação massiva que elegeu o presidente genocida. Hoje, ela apoia o mandato Lula3. Haja dialética!

Em 2022, as máscaras começaram a cair e o país retomou uma vida parecida com aquela que conhecia antes da pandemia. O grande acontecimento político deste ano foi a eleição presidencial que, como já dito, literalmente dividiu a sociedade brasileira ao meio. De um lado, a parcela reacionária da sociedade agitava as redes sociais com suas manifestações de repulsa e ódio ao diferente, no afã de reeleger Bolsonaro. De outro lado, o segmento progressista lutava pelo retorno concreto da democracia com Lula, apelando ao amor e à solidariedade entre os/as diferentes. Ambos os candidatos seguiram ao segundo turno, período em que o candidato progressista aprofundou a solidariedade no nível da política institucional, atando diversas alianças partidárias em uma frente ampla que o conduziu à Presidência da República.

A era Lula3 começou com a festa da posse, quando o presidente eleito fez brilhar sua estrela reafirmando simbolicamente, mas com todas as letras, sua promessa de governar para a maioria deste país, os diferentes tão assediados e vilipendiados no governo genocida. A imagem correu o mundo: a faixa presidencial que o candidato perdedor não quis repassar ao vencedor foi colocada em seu peito por Aline Souza, mulher negra trabalhadora, terceira geração de catadoras de recicláveis de sua família. Neste ato, ela foi acompanhada por um grupo altamente representativo do que no Brasil constitui a diferença. Francisco Carlos do Nascimento, menino negro de 10 anos, o cacique indígena Raoni Metuktire, e Wesley Rocha, metalúrgico (tal como o Presidente Lula) e

o professor universitário de Letras Murilo de Quadros Jesus, ambos bolsistas de programas educacionais lançados nos governos do PT. Também integraram o grupo Ivan Baron, jovem com paralisia cerebral que usa as redes sociais para divulgar conteúdos de interesse de PcDs–Pessoa com Deficiência, a cozinheira Jucimara Fausto dos Santos e o artesão Flávio Pereira, ambos colaboradores da Vigília Lula Livre (Vilela, 2023), ativa durante o período em que Lula esteve preso em consequência da perseguição injusta e eleitoreira contra ele pelos juízes da Operação Lava Jato.

Uma semana depois de afirmar, com a escolha que este grupo simboliza, um governo focado nos grupos sociais excluídos, uma tentativa de golpe promoveu o quebra-quebras em Brasília. Este ato de vandalismo teve como suporte quatro anos de produção de discurso de barbárie pelo ex-presidente genocida. Golpe debelado, instituições federais lideradas por Alexandre Moraes no STF e pelo Ministro da Justiça Flávio Dino prenderam cerca de 1000 pessoas nas duas primeiras semanas do novo mandato. Ainda avançam as investigações de executores, financiadores e incentivadores do golpe o que envolve, para além das pessoas comuns que gravaram e postaram nas redes sociais suas ações de destruição, as categorias políticas, empresariais e militares.

“Censura Nunca Mais” é uma palavra de ordem que manifesta em si a repulsa e o asco da sociedade brasileira aos tempos violentos da ditadura civil-militar, iniciada com outro golpe desferido contra a frágil democracia brasileira em 1964 e finalizada com o retorno das eleições democráticas em 1984. Durante a ditadura, a tortura tornou-se método de repressão política e a censura foi legalizada e promovida por órgãos governamentais como o SNI – Serviço Nacional de Informação.

Hoje, Censura Nunca Mais se atualiza nas redes sociais na expressão “Sem Anistia”, que se torna cada vez mais popular no Brasil por sintetizar uma demanda urgente da sociedade frente aos crimes que começam a ser revelados com a abertura da caixa de pandora da gestão do genocida, já no início do novo governo Lula. nas palavras Sem Anistia, a sociedade brasileira expõe sentimentos prementes de conhecimento e justiça, de se furtar à submissão a um Estado cujos atos virtualmente escusos foram protegidos por decreto de sigilo de 100 anos pelo presidente genocida. No rol de evidências da responsabilidade de Bolsonaro em muitas pautas, há dois genocídios.

O primeiro deles é o da população brasileira que, pelo atraso da vacina contra a Covid 19 e outras políticas equivocadas de saúde pública, contabiliza pelo menos 400.000 mortes na conta do negacionismo da fala oficial do presidente genocida. Por sua vez, da ideologia negacionista começa a ser revelada sua dimensão concreta: servir de cortina de fumaça para a corrupção e o estabelecimento de um sistema ilegal miliciano dentro do Palácio do Planalto.

O segundo genocídio é o dos povos originários que vivem no Brasil. O estopim é o recente escândalo com potencial planetário do genocídio dos Yanomamis, cujo território se encontra no extremo Norte do país. Da visita que fez Lula ao Estado de Roraima ainda em seu primeiro mês de governo, o resultado foi que as redes e as mídias foram inundadas pelo horror da exposição de imagens de corpos indígenas em estado similar aos mortos-vivos dos campos de concentração

nazistas da Alemanha das décadas de 30 e 40. Deste genocídio já se acumulam documentos que revelam o desmonte das políticas indigenistas durante o governo genocida, o qual desviou recursos destinados à saúde indígena para ONGs evangélicas e promoveu o garimpo assassino em Terras Indígenas, as Tis—algo que o governo Lula<sup>3</sup> já começou a desfazer em seu primeiro mês de existência.

Porém, se por um lado hoje um governo verdadeiramente democrático produz seus primeiros avanços, não há espaço para relaxamento da resistência. Do outro lado, nestes tempos sombrios em *terras brasilis* a arte se tornou um campo de expressão política da parcela progressista da população brasileira. No mínimo, as produções artísticas têm sido as “porta-dores” daquilo que não se pode enunciar abertamente sem tornar-se alvo da violência da parcela reacionária da sociedade e do Estado com vocação ditatorial. Neste contexto, ocorridas na sequência de um governo golpista e um genocida, a série de atos de censura perfilados no presente texto atesta a posição de vanguarda das artes da cena brasileiras na luta e na resistência contra as expressões do racismo multidimensional (Souza, 2021) e da sensologia (Perniola, 1993) institucionalmente produzida com o único objetivo de carcomer uma sociedade e destruir um país.

Se o racismo multidimensional gera e mantém a estrutura profunda das relações sociais que produzem os “excluídos, humilhados e abandonados” (Souza, 2021, p. 285) do Brasil, a produção massiva e consciente de sentimentos de ódio e de desprezo por parte da elite política e seus seguidores encontra nesta estrutura racista sua fonte e seu território preferencial de efervescência do que há de pior em termos de afetividade de uma sociedade contra si mesma. Uma sociedade cuja metade tem de si uma imagem de branquitude de classe média e alta rejeita, até os estertores de desejos de violência extrema e de morte, a outra metade: pobre, negra e indígena.

Desejo de morte parece ser um exagero, mas os dois genocídios supracitados, da Covid 19 e dos Yanomamis, são exemplos concretos da selvageria com que se mata neste país, sem dó nem piedade.

### **Afetos envolvidos na censura à arte nos governos golpista e genocida**

O corpo, sempre o corpo: quando se olha para a linha do tempo da sequência destes dez episódios de censura das artes da cena se destacam alguns alvos. Antes, porém, se faz necessária uma explicação sobre a constituição do Congresso Nacional. Durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro tornaram-se hegemônicas na maior casa legislativa brasileira as que se conhece popularmente como as Bancadas do Boi, da Bala e da Bíblia. Seus componentes são deputados e senadores eleitos que representam respectivamente os setores do agronegócio, da milícia e do neoevangelismo. Não raramente estas bancadas, que atendem mais ou menos veladamente ao capital internacional e a demandas da política imperialista, se unem em votos contrários às demandas políticas progressistas.

No que tange à censura das obras artísticas, o primeiro alvo que sobressai é o corpo humano nu ou seminu que, nestas obras, atrai a atenção do falso pudor da parcela social reacionária, sob evidente influência do discurso de segmentos neoevangélicos representados pela Bancada da Bíblia. A existência dessas igrejas e o consequente poder de convencimento de seus pastores cresceram durante o governo golpista e apoiaram massivamente a eleição do presidente genocida.

O segundo alvo da censura é a expressão da população LGBTQIA+, contra a qual se move a hipocrisia social, bem como o sexismo histórico da sociedade brasileira, incitado pelas atitudes e pelo discurso de ambos os presidentes golpista e genocida. Se o corpo que expressa opções de gênero que se encontram fora do escopo da moral da família tradicional é um dos alvos preferenciais da violência policial e social nas ruas e nos lares brasileiros, o corpo artístico que o expressa se torna alvo de censura.

A terceira vítima da censura é a própria democracia. Em especial no governo genocida, a apologia à ditadura civil militar se fez presente não somente no discurso presidencial como também na distribuição de milhares de cargos federativos da Esplanada dos Ministérios a homens fardados. Nada surpreendente para um deputado que em 2016, ao votar a favor do *impeachment* da única mulher eleita para a Presidência do Brasil, fez apologia ao Coronel Ustra—o torturador da jovem Dilma durante a ditadura.

Por último, pode-se constatar o ódio à população negra e indígena, porção majoritária da sociedade brasileira historicamente escravizada e vítima de todo tipo de violência, que se tornou alvo explícito de um governo produtor de afetos explicitamente racistas, dos quais se destaca o desprezo pela vida da população negra e indígena. Se a principal questão da luta indígena é a da terra, furtada desta população pela força política da Bancada do Boi, a principal questão da negritude brasileira é o genocídio da juventude, em especial dos homens jovens, incentivada pela Bancada da Bala. Seja a usurpação da terra indígena seja a violência urbana contra a população negra, ambas geram altos índices de mortalidade, se comparadas suas expectativas de vida às da branquitude brasileira. Além disso, uma extensão deste racismo se revela nos frequentes ataques de grupos sociais neoevangélicos a terreiros afro—os locais de culto do candomblé, da umbanda e demais religiões de origem africana praticadas no Brasil.

Neste sentido, o “racismo multidimensional” contribui para compreender não somente as questões étnico-raciais como a estrutura de todo o ódio produzido nos governos em questão. Segundo o sociólogo Jessé Souza, deste racismo o braço do “racismo racial” é tão somente a face mais visível, pois esta é uma sociedade composta por pessoas que “se apegam de modo renitente e agressivo a qualquer distinção positiva que lhes acalme o medo da desclassificação social” (Souza, 2021, p. 286).

O medo é, pois, o principal afeto resultante da humilhação, da opressão e da exploração recicladadas com os discursos de ódio particularmente disseminados durante o governo genocida. O medo age no corpo, e é praticamente impossível vencer sua ação cotidiana no nosso corpo sem a transformação radical do Estado e da sociedade brasileira. Se esta é uma luta histórica, vencer o medo produzido pelo discurso discriminatório e preconceituoso que vigorou neste país nos últimos quatro anos tornou-se pauta política central e inelutável no início da era Lula<sup>3</sup>.

Infiltrado em todas as camadas da sociedade, o medo estrutura o sistema de hierarquias que molda historicamente as relações sociais de raça e de classe neste país. Estas são questões que têm sido muito discutidas na sociedade e na produção artística brasileiras—no teatro e na performance, na dança e no carnaval. Os personagens sociais afetados são diversos grupos sociais – trabalhadores e trabalhadoras pobres, pessoas em situação de rua, comunidades indígenas, quilombolas negras, faveladas e periféricas—que se encontram em condições de extrema vulnerabilidade social. Doentes e alvos de opressão sistemática e naturalizada, muitas vezes lhes sobra medo e lhes falta tempo, energia e recursos para a luta. Mas, talvez por ser também historicamente precarizada, a arte brasileira se tornou um lugar privilegiado de expressão da resistência política.

Segundo a investigadora de teatro Lola Proaño Gomez,

...la dinámica afectiva que, viniendo del sistema en el que la vida de sus personajes está inserta, produce emociones y reacciones políticas en tanto ellos expresan visiones y modos de vida que van directamente contra la ‘normalización’ de la guerra en un caso y de la sexualidad en el outro. (2020-2021, p. 147)

Neste sentido, a arte e os/as artistas brasileiros/as se mostram profundamente empenhados/as em lutar contra a violência e o terrorismo resultantes da comunhão entre Estado e sociedade golpistas e genocidas. Por isso as palavras de ordem “Censura nunca mais” e “Sem anistia” se posicionam contra a atualização de um passado antidemocrático e de um futuro que não para de tentar começar no aqui e agora, com toda a urgência da esperança que brota no poço profundo do desespero social que há 500 anos é historicamente construído sobre distinções e hierarquias.

Se os personagens analisados por Proaño Gómez “dan un testimonio estético que transforma traumas o experiencias individuales en pos-memoria colectiva” (2020-2021, p. 169), no Brasil a experiência artística censurada conduziu a parcela progressista da sociedade brasileira a somar-se aos movimentos sociais. O objetivo? Apresentar-se como depositário da memória coletiva de experiências de sofrimento e dor.

Oxalá possamos experimentar outros afetos na era que se inicia com a virada política das últimas eleições. Com a eleição de Lula, às vezes chamado de “Lulinha Paz e Amor”, os excluídos, oprimidos e humilhados de que fala Jessé Souza (2021), parcela majoritária da sociedade brasileira, já respira mais aliviada. No desespero brilha um pouco de esperança: pode soar piegas, mas



contra todo o discurso de ódio e o incentivo à violência (por exemplo, da política de armamento do presidente genocida), o Brasil atual parece precisar exatamente de paz e amor. Com amor, talvez possa o país do carnaval produzir muito mais de sua tão propalada alegria. Para esta sempre viva tarefa afetiva, nada melhor do que a arte.

## Referências

- Arte de Segunda. (2017). *Visitando o QueerMuseu sem censura!* [vídeo] YouTube. [https://www.youtube.com/watch?v=0\\_zfO9jK-Co](https://www.youtube.com/watch?v=0_zfO9jK-Co)
- Barbosa, J.N. (2019, 26 de junho). *[minidoc] A Mulher Monstro de José Neto Barbosa* [vídeo] YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=oX3vTN-nTL0>
- BBC News Brasil. (2020, 17 de janeiro). *Quem foi Goebbels, ministro de Hitler parafraseado por Roberto Alvim* [vídeo] YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=wVYYtQcXdyM>
- Benjamin, W. (2012). O autor como produtor. Em *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 129-146). Brasiliense.
- Benjamin, W. (2020). Sobre o conceito de história. Em *O anjo da história* [Tradução de João Barento] (pp. 9-20). Belo Horizonte.
- Corpo rastreado. (2021, 15 de outubro). *Res Publica 2023 (15/10 - 20h) / A Motosserra Perfumada* [vídeo] YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=UkUDlZAPGrY>
- Dornelas, R. (2016, 20 de maio). *Ocupa MinC em Florianópolis* [vídeo] YouTube. [https://www.youtube.com/watch?v=H0f45\\_fed14](https://www.youtube.com/watch?v=H0f45_fed14)
- D'Angelo, H. (2017, 11 de janeiro). Detido por atentado ao pudor, artista vai voltar a Brasília para repetir performance. *Cult*. <https://acortar.link/FUtdH>
- Dos a Deux. (2017, 26 de março). *Gritos / Cris – Teaser* [vídeo] YouTube. [https://www.youtube.com/watch?v=Dm\\_3lyiiwGk](https://www.youtube.com/watch?v=Dm_3lyiiwGk)
- Jesus, J.J. (2017). OcupaMinC-SC: lugar de heterotopia. Em F.C. Lima, A.S. Baumgärtel, L.G.B. Engroff, e E.W. Mattiello, (Orgs.) *Imagens políticas: reflexões práticas e práticas reflexivas* (pp. 83-97). Letras Contemporâneas.
- Lima, F.C. (2020). Politização da arte das escolas de samba brasileiras, entre a COVID e o Carnaval. Em Proaño Gómez, L., y Verzero, L. (Orgs.) *Mutis por el foro: artes escénicas y política en tiempos de pandemia* (pp. 191-201). ASPO/REAL.
- Lima, F.C. (2021). I'm not slave of no master: The Carnival of 2018 stars in the political debate about the 2016 coup in Brazil. In T. Prentki, & A. Breed, *The Routledge Companion to Applied Performance: Volume II – Brazil, West Africa, South and South East Asia, Unites Kingfom and the Arab World* (pp. 59-65). Routledge.
- Lima, F.C. (2021a) La muerte “morrída e matada”: genocidios y pandemia, carnaval y teatro negro en Brasil. In: S.A. Baumgärtel, L.G.B. Engroff, & J.G. Goulart, J. G. (Orgs.), *Ensaizando o olhar latino-americano: insistência de uma cena situada* (pp. 219-237). Mórula.

- MITsp. (2018, 22 de fevereiro). *DNA de DAN - Maikon K* [vídeo] YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=sHFADSskHwI>
- Motosserra Perfumada. (2019, 27 de agosto). *Roberto Alvim censura peça teatral em São Paulo com base em sua sinopse* [Facebook]. <https://acortar.link/KAaDqq>
- Núcleo Experimental. (2021, 19 de abril). *Lembro todo dia de você - "Não faz a loka"* [vídeo] YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=ZAHnHKsk9Ec>
- Olhar TVT. (2017, 12 de agosto). *Jesus Transgênero 1/2 e 2/2* [vídeo] YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=tEEI2kKxOV0&t=26s>
- Pedretti, R.L.S. (2021). *O que é ser ator/atriz, hoje, perante a pluralidade da encenação contemporânea?* PPGAC-UDESC.
- Perniola, M. (1993). *Do sentir*. Editorial Presença.
- Proaño Gómez, L. (2020-2021). Afectividad, política y conocimiento: resistencia al neoliberalismo desde la escena teatral latinoamericana. *Revista de Artes Escénicas y Performatividad*, 11(18), 146-171.
- Programa Diversidade. (2017, 20 de abril). *Espetáculo Abraço* [vídeo] YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=cFMSXi0uosg>
- Renato Riscadoo PSI. (2019, 26 de junho). *[minidoc] A Mulher Monstro de José Neto Barbosa* [vídeo] YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=oX3vTN-nTL0>
- Santander Cultural. (2017, 13 de setembro). Nota sobre a exposição QueerMuseu. *DTDocumentos. DTdocumentos: NOTA SOBRE A EXPOSIÇÃO QUEERMUSEU* (diariodetatu.com).
- Sesc Parati. (2017, 10 de maio). *Caranguejo Overdrive* [vídeo] YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=AGcqH8vXYQw>
- Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. Estação Brasil.
- Vilela, P.R. (2023, 1 de janeiro). *Saiba quem são as pessoas que entregaram a faixa presidencial a Lula*. Agência Brasil. Saiba quem são as pessoas que entregaram a faixa presidencial a Lula | Agência Brasil (ebc.com.br)

## Author

Fátima Costa de Lima. Professora Doutora do Departamento de Artes Cênicas e do Programa de Pós-Graduação em Artes cênicas do Centro de Artes (CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

## Statement

### Conflict of interest

We have no conflicts of interest to disclose.

### Funding

No financial assistance from parties outside this article.

### Notes

The article is the product of my research "Political images in theatre and carnival"